

Reforma agrária divide Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O plenário da Constituinte ficou dividido ontem à noite na votação do substitutivo do Centrão para o capítulo que trata da reforma agrária. Foram 248 votos a favor, 242 contra, inclusive o do deputado Sarney Filho (PFL-MA), e 37 abstenções, não dando número para aprovação. A votação será repetida hoje, às 20 horas. O relator Bernardo Cabral advertiu que, se não houver acordo nas próximas horas, votará contra o seu próprio projeto (que seria colocado em votação logo a seguir) para provocar o "buraco negro" e então poder apresentar outra proposta, baseada nas sugestões que resultarem das negociações.

A votação foi precedida de forte tensão no plenário, embora houvesse expectativa de que os representantes do Centrão e das esquerdas fossem chegar a entendimento. Os próprios discursos dos constituintes que se pronunciaram a favor e contra a emenda deixaram transparecer essa possibilidade. Ao defender o texto do Centrão, o deputado Luiz Roberto Ponte lamentou a falta de acordo e acusou as esquerdas de tentarem desapropriar as terras produtivas. Em seguida falou o senador José Richa, contra a proposta. Mesmo assim, seu discurso foi de conciliação, "em favor da paz e da concórdia no campo".

Richa disse ter sido testemunha dos esforços despendidos pelos que tentaram o acordo, e advertiu: "O País precisa realizar a reforma agrária e nós temos a responsabilidade de assegurar as condições para esse objetivo". Em sua opinião, o consenso seria alcançado se as negociações fossem apenas na área política. "Mas acontece que, em todas as ocasiões em que as reuniões eram interrompidas, não faltaram os que buscavam a Constituinte para inviabilizar um acordo."

Defendendo a rejeição da emenda do Centrão, para forçar um entendimento posterior, o senador paranaense alertou ainda não ser possível continuar vivendo sob tensão. "É preciso distender o ambiente político, sob pena de chegarmos a um retrocesso. Se quisermos o acordo, teremos que votar contra o Centrão", disse ele.

Com plenário em absoluto silêncio, o senador Jarbas Passarinho foi à tribuna defender o substitutivo do Centrão. Argumentou que a rejeição da proposta e a eventual aprovação do texto da Comissão de Sistematização levariam a questão da reforma agrária a um desfecho de exemplos de uma reforma mais séria, o coronel Breno Cunha, que

tros países, especialmente União Soviética e Iugoslávia, para alertar que é necessário respeitar a empresa produtiva, "antes que seja arrasada a feição agrária do País".

O líder do PMDB, Mário Covas, que falou contra a iniciativa do Centrão, também optou pela linha de conciliação. "O que causa ou causará dificuldades ao País não será a solução que daremos ao problema da reforma agrária, mas a nossa incapacidade para o entendimento", admitiu. O senador paulista fez ainda referência às reuniões entre as duas partes, iniciadas há 15 dias. Para ele, a propriedade produtiva deve ter tratamento diferenciado, como propôs o senador Jarbas Passarinho, "mas jamais colocando-a acima da função social".

Ressaltando que a reforma agrária se faz em primeiro lugar por um imperativo de justiça e depois para aumentar a produção agrícola do País, Covas insistiu em que o PMDB votaria contra o Centrão, mas não para fazer prevalecer o projeto da Comissão de Sistematização. Ao contrário, para aprovar um novo texto, resultante de entendimentos. O senador garantiu não ser contra a propriedade produtiva, e leu parte de um texto submetido às reuniões que tentaram o acordo. Ele indica que a propriedade produtiva que atender aos requisitos estabelecidos por uma futura lei, com exigências mínimas para o atendimento da função social, será mantida.

O resultado da votação foi tão equilibrado que nem mesmo permitiu comemorações em plenário antes que os números aparecessem no painel eletrônico. Normalmente, as palmas começam assim que o painel estampa, ao lado de cada nome, a cor do voto (vermelho, não; verde, sim). Ontem, isso não foi possível, já que as duas cores pareciam empataadas. E o alívio do plenário, particularmente das bancadas de esquerda, ficou evidente quando Ulysses Guimarães anunciou o resultado da sessão.

As lideranças do PFL, PDS, PTB, PL e PDC pediram às suas bancadas que votassem a favor da proposta do Centrão, embora alguns admitissem que a votação posterior de um texto substitutivo fosse melhor. O PMDB, PT, PDT e outros partidos de esquerda também se manifestaram a favor de um acordo, preferindo, no entanto, rejeitar o projeto do Centrão para não ceder a nenhuma posição preliminar.

Pelo regimento interno da Constituinte, a emenda do Centrão será colocada novamente em votação às 20 horas de hoje.



Luiz Tajás

Líderes conversam demais, mas não chegam a acordo

Sarney Filho vota com esquerda e perde cargo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), destituiu ontem à noite da vice-liderança do partido o deputado Sarney Filho, que votou contra o projeto do Centrão no capítulo que contém a reforma agrária. "Ele deixou de votar com a liderança, que apóia o presidente Sarney, para votar com a liderança do PMDB, que faz oposição sistemática ao presidente da República, e isso não é possível", desabafou Lourenço, dizendo ter procurado o deputado maranhense para avisá-lo da destituição, "por questão de educação", mas não tê-lo encontrado. O deputado da Bahia lembrou que Sarney Filho teve o direito de errar uma vez — quando votou a favor da proposta nacionalista de mineração. Duas vezes não é aceitável, frisou Lourenço.

O deputado Cunha Bueno acha que o Centrão não ganhou porque "os papéis estão invertidos". Ele afirma que "os amigos e parentes do Sarney estão fazendo acordo com as esquerdas para garantir os cinco anos". Enquanto Cunha e assessores da União Democrática Ruralista (UDR) chegavam a essa conclusão, o painel permanecia aceso e indicava os votos contrários ao projeto do Centrão do deputado Sarney Filho e do sobrinho do presidente Sarney, deputado Albérico Filho, ambos do PFL do Maranhão. Também um dos envolvidos nas negociações para o

acordo, Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), acabou votando não e surpreendendo as lideranças do Centrão.

Apesar de todos os imprevistos, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, considerou bom o resultado da votação de ontem, lembrando que a falta de quórum mostrava a necessidade de entendimento. "É muito melhor para a qualidade do texto que se faça entendimento, e eu vou lutar para que amanhã (hoje) haja acordo", afirmou o deputado paulista.

Contrastando com o otimismo de Ulysses, a posição do deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão: "No momento em que quase metade do Congresso se coloca a favor da desapropriação da propriedade produtiva, não há mais o que conversar". Cardoso Alves acha que "nenhum dos lados vai ceder em suas posições, por isso não adianta insistir com vagas insinuações de acordo".

Outros líderes do Centrão, no entanto, continuam confiantes no entendimento. Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) observou que o grupo teve "mais votos do que o Covas. Com isso podemos negociar em melhores condições". E o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) acha que o acordo sairá hoje, após novas rodadas de negociação. Além disso, é de opinião que o texto do Centrão contém "impropriedades" que precisam ser revistas.

Às 18h45, o acordo volta à estaca zero

O acordo relativo à reforma agrária que estava sendo negociado ontem desde as 9 horas foi cancelado às 18h45, incluindo os pontos que haviam sido acertados no dia anterior. O que impediu o acordo foi o item da desapropriação da propriedade produtiva, "desde que ela não cumpra sua função social", condenado pelo Centrão e defendido pelas esquerdas. A decisão de colocar o item em votação mesmo sem acordo, partiu do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, após reunião com os deputados Rosa Prata (PMDB-MG), Alysson Paulinelli (PFL-MG) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), todos do Centrão.

A proposta que teve maior consenso foi a do deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, que dizia ser insuscetível de desapropriação a propriedade Rodutiva, sujeita ao cumprimento de exigências mínimas complementares, nos termos do disposto do Artigo 219 e da lei que o disciplina. O Artigo 219, a que a proposta faz referência, estabelece que a função social da propriedade rural é cumprida quando esta atende, simultaneamente, os requisitos: aproveitamento racional da terra, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

O primeiro texto apresentado ontem foi o do deputado José Maria Eymael (PDC-SP), estabelecendo que a lei daria um tratamento especial à propriedade produtiva, para fins de desapropriação. A sugestão agradou ao Centrão, mas encontrou forte resistência entre as esquerdas. Logo depois, pouco antes das 13 horas, surgiu a proposta do deputado José Lins, que provocou divisões na direita. A solução foi dar uma pausa nos entendimentos para que cada grupo conversasse e todos voltassem após as 15 horas.

Ao retornarem do almoço, os integrantes da UDR trouxeram nova contraproposta, apresentada pelo deputado Alysson Paulinelli, segundo a qual a propriedade produtiva era insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária e que isto não eximia o proprietário do cumprimento das exigências mínimas complementares nos termos do disposto no Artigo 219 e da lei que o disciplina.

"Querem brincar conosco", dis-

se o deputado José Genofno (PT-SP), acrescentando que "deixamos a sala porque não vamos dar aval para coisas que consideramos absurdas".

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), por sua vez, afirmou: "Eles fecharam todas as portas e recuar a esta altura do campeonato, não dá". Para ele, a proposta de José Lins iria representar um desgaste muito grande para o partido, perante as bases, "embora eles concordassem em correr o risco. Mas, recuar ainda mais, não era possível".

A reunião deu uma esvaziada quando o deputado Gerson Peres (PDS-PA) surgiu com uma proposta que vinculava a desapropriação da propriedade produtiva à função social, mas estabelecia prazos e condições para o cumprimento dessa função social. Com o aparecimento desta sugestão, o senador Fernando Henrique Cardoso, às 17 horas, saiu à procura do deputado Plínio de Arruda Sampaio para tentar trazer o PT de volta às negociações, mas não conseguiu. As esquerdas presentes então não aceitaram a proposta e todos partiram para a radicalização. O deputado Ricardo Fiúza anunciava que não faria qualquer tipo de acordo e que era melhor sair para o voto. O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) rebatia que a direita tinha "fechado" e que o melhor era todos irem para o plenário. Os lobistas da UDR e da Contag se desmobilizaram e foram para as galerias para aguardar a votação, que ainda não aconteceria.

Por volta das 18 horas, mais uma rodada de negociações — a última — com o senador Mário Covas, e os deputados Antônio Brito, Alysson Paulinelli, Rosa Prata e Ricardo Fiúza. Todos desejavam votar, mas com consenso. Acatando a sugestão de Fiúza, Covas e os demais integrantes decidiram procurar Ronaldo Caiado, para tentar convencê-lo a aceitar a proposta de José Lins. Depois de meia hora de discussão, Caiado decidiu que, ou se votava a proposta apresentada por Paulinelli ou "melava" todo o acordo feito até aquela hora. Todos voltaram à sala de Covas e comunicaram a decisão do grupo. Como a esquerda do PMDB não concordou, o Centrão deixou a sala e Fiúza anunciou: "Recomeçaremos do zero. Vamos votar o substitutivo do Centrão e, se não conseguirmos 280, paciência, a decisão fica para amanhã (hoje), mas a hora é de medir força".

Estatização dos bancos, uma proposta polêmica

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As emendas elaboradas pela Frente Parlamentar Nacionalista sobre a nacionalização do sistema bancário e a fixação de um limite máximo para a taxa de juros reais, de 12% ao ano, indicam que não será tranquila a votação do Capítulo III do Título VII do texto constitucional. É a parte que trata do sistema financeiro. A polêmica deve aumentar com a apresentação de emendas como a do deputado Luiz Gushiken, que quer a estatização dos bancos.

Já a proposta da Frente Parlamentar determina que "a lei federal disporá sobre o funcionamento dos bancos de depósitos, empresas financeiras e de seguros em todas as suas modalidades, devendo a maioria de seu capital, com direito a voto, ser constituída por brasileiros". Outra emenda determina que "as

empresas atualmente autorizadas a operar no País terão prazo de 24 meses para se transformar em empresas brasileiras de capital nacional".

A instituição, em nível constitucional, da "lei de usura" é reivindicada na emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Ela diz que "as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano. A cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida, em todas as suas modalidades, nos termos em que a lei determinar". O deputado pretende apresentar outra emenda, estabelecendo que as instituições financeiras terão um ano para ajustar seus créditos à taxa de 12%. Mas, a partir da promulgação da Constituição, elas já não poderão ser superiores a 20% ao ano.